

ATA DA 3.^a REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

28 de fevereiro de 2014

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, pelas dez horas, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, reuniu, em sessão extraordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, no Auditório do Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos de Sousa, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de vinte e quatro de fevereiro: _____

Ponto um - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior _____

Ponto dois - Indicação de cinco diretores para o Júri do Prémio de Escola _____

Ponto três - Indicação de dois representantes no Conselho Nacional de Educação ____

Ponto quatro - Indicação do representante no Conselho Geral do Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE) _____

Ponto cinco - Transferência de competências da DGEstE para as Escolas / Agrupamentos: apreciação e votação da proposta da C. Permanente _____

Ponto seis - Assuntos diversos _____

Estiveram presentes os conselheiros Alexandre José Rodrigues Canadas, Anabela Grácio, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Carlos Jorge Pires Percheiro, Fátima do Céu Carola Moreira Pinto, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Filinto Virgílio Ramos Lima, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Manuel Ascensão Belém, Joaquim Tomaz, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António de Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, José Octávio Soares Mesquita, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Manuel Figueira Castilho Esperança, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Sousa, Maria Júlia Ferreira Gradeço e Paulo Jorge de Sousa Ferreira, num total de vinte e três. Estiveram ausentes os conselheiros Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro e Telmo Eduardo da Costa Marreiros Soares. _____

Ponto um - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

Não houve qualquer proposta de correção ou alteração à ata. Posta à votação, foi aprovada com vinte e um votos a favor e duas abstenções dos conselheiros Alexandre Canadas e Fátima Pinto por não terem estado presentes na reunião. _____

Ponto dois - Indicação de cinco diretores para o Júri do Prémio de Escola. _____

O Presidente começou por informar o Plenário do *e-mail* do Dr. Vasco Lynce a solicitar a indicação por este Conselho de cinco diretores de escolas das várias zonas do País (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) para o Júri em apreço. Esclareceu, de seguida, que, não tendo esses elementos que pertencer necessariamente a este Conselho, lhe parece que, até pelos prazos dados para essa indicação, eles deverão, se possível, sair deste Órgão. _____

A conselheira Lucinda Ferreira interveio referindo que será importante saber se os cinco diretores a indicar, podendo até nem ser membros deste Conselho, serão ou não seus representantes, tendo o Presidente esclarecido que, sejam esses diretores quais forem, ao serem indicados pelo Conselho das Escolas, neste Júri eles serão, obviamente, seus legítimos representantes. _____

O conselheiro Manuel Esperança alertou para o facto de um QZP do Alentejo não ter aqui o seu representante, pelo que a solução passará por uma decisão do Conselho. _ De seguida, a conselheira Lucinda Ferreira pediu novamente a palavra para declarar que, antes de se dar cumprimento quer a este ponto da Ordem de Trabalhos como aos dois seguintes, fosse discutido e decidido, na sequência da última reunião, se os membros deste Conselho deveriam ou poderiam acumular cargos de representação deste Órgão (nele e/ou fora dele). _____

A questão foi aceite à discussão e sobre ela intervieram vários conselheiros: _____

A conselheira Maria Celeste declarou entender que os cargos deverão ser distribuídos pelos conselheiros e não estarem concentrados apenas em alguns. _____

O conselheiro Fernando Elias defendeu que a questão da representatividade deverá ter a ver, essencialmente, com a questão do perfil que se defina, por um lado, e, por outro, com a experiência acumulada da pessoa no que toca à função ou cargo a que se candidata. Entende, por isso, não haver qualquer inconveniente entre a acumulação de uma função interna no Conselho e uma de representação externa do mesmo. _____

O conselheiro João Belém declarou que, além de não perceber a coerência entre os prazos do pedido dos cinco representantes e os definidos no diploma que regulamenta o referido prémio, entende que o mais importante é que se definam com transparência e previamente as “regras do jogo” no que respeita à questão em discussão. _____

O conselheiro Alfredo Mendes manifestou concordância com o colega Fernando Elias por entender que será de evitar qualquer critério ou regra que possa tirar qualidade à representação deste Conselho, pelo que é contrário a qualquer limitação de exercício de cargos. _____

O conselheiro Manuel Esperança manifestou a importância que atribui a esta discussão, tendo referido que, à exceção da representação no Júri do prémio de escola, não deveria haver sobreposição de cargos / representações. _____

O conselheiro Filinto Lima lembrou que todos os membros deste Conselho são altamente qualificados não se justificando, por isso, que as várias funções ou cargos sejam limitados apenas a alguns, relevando igualmente a importância desta discussão para que o Conselho não se torne um órgão centralizado. _____

O conselheiro Carlos Percheiro declarou que ninguém deve, à partida, estar excluído de qualquer cargo ou função a não ser por qualquer tipo de impedimento legal ou por vontade do próprio. Mais referiu que o Plenário, soberano, pode entender que a pessoa que melhor perfil tem para determinada representação é um membro da Comissão Permanente. _____

O conselheiro António Castel-Branco, concordando com o colega Filinto Lima, referiu que todos somos capazes, pelo que não se justificará a concentração de cargos apenas em alguns, lembrando que a representação formal do Conselho cabe ao seu Presidente, a quem competirá delegar essa representação ou colocá-la à votação do Plenário. _____



O conselheiro António Ventura manifestou a opinião de que, desde logo, o princípio fundamental é o que foi expresso pelo colega Carlos Percheiro. Depois, que tal princípio era importante até pelo facto de que os conselheiros que já foram escolhidos ou eleitos para funções neste Conselho não tinham conhecimento, nessa altura, desta possível condicionante que agora se discute. Referiu, por fim, que o Plenário, ao escolher estará sempre a excluir e, por isso, cada membro, em cada votação, pelas razões que entender, poderá sempre escolher ou excluir quem quiser. Para o conselheiro Luís Henrique é bom que as regras sejam claras, concordando com as posições já expressas de que ninguém dever ser condicionado às eleições do Conselho, desde que tal não resulte de incompatibilidade legal, do mesmo modo que não concorda com uma eventual alteração ao Regimento aprovado para resolver esta questão. _____

O conselheiro Paulo Ferreira declarou que, na qualidade de membro novo neste Conselho, teme a constituição de um grupo no Conselho que tudo acumule ou decida. Para o conselheiro Joaquim Tomaz fundamental é o princípio de “um homem, um voto”, pelo que ninguém pode ser excluído ou posto à margem e a questão da acumulação de funções será o Plenário que, pelo voto de cada um e na altura de cada votação, decidirá. _____

A conselheira Júlia Gradeço evidenciou a importância que se deve dar ao papel deste Conselho, entendendo que para tal poderá não ser positivo que as suas funções ou cargos fiquem restritas a um grupo de pessoas. _____

O conselheiro José Mesquita referiu, por um lado, não ver problema algum em se alterar o Regimento para contemplar esta questão; por outro, ter dúvidas em relação ao critério do perfil; e, por último, entender não haver intenção de impedir alguém de se candidatar e ser eleito para mais do que um cargo ou função. O que deverá acontecer, se tal se verificar, é que a pessoa, nessas circunstâncias, seja obrigada a optar por um. _____

Para o Conselheiro João Caiado o que se pretenderá é não sobrecarregar as pessoas pelo que, para tal, não se deveriam concentrar os cargos ou funções em sete ou oito pessoas. _____

O conselheiro José António Sousa referiu que a nossa representatividade é de pleno direito, isto é, que quem nos elegeu entendeu que nós poderíamos atuar no Órgão ou em sua representação nas suas diversas valências. Assim, deverá a eleição para o desempenho de funções no Conselho ou em sua representação depender apenas do Plenário de forma aberta e livre. _____

O conselheiro Carlos Percheiro pediu novamente a palavra para rejeitar qualquer discussão que se faça sobre os poderes do Plenário, para evidenciar a importância do princípio da confiança nos Órgãos e membros livremente eleitos e, por fim, para sublinhar que o que estabelecerá a exclusão é a ideia de impedir membros deste Órgão de irem a determinadas eleições. _____

O conselheiro Fernando Almeida realçou igualmente a importância da coesão do Conselho, referindo que, quando foi convidado para Vice-presidente, não sentiu que, da sua aceitação, resultasse qualquer condicionamento / incompatibilidade com o possível desempenho de outros cargos ou funções. _____

Por fim, e terminadas as intervenções dos membros do Plenário, o Presidente fez questão de lembrar a todos que o ato eleitoral para a sua eleição terminara no dia catorze de janeiro, que precisará da ajuda de todos para fazer deste um Órgão



credível e respeitado, sendo, em seu entender, neste objetivo, e não em questões artificiais, que todos devem empenhar os seus esforços. Citou, de seguida, o conselheiro Joaquim Tomaz para considerar fundamental o princípio de “um homem, um voto”, realçando, ainda, que é importante que se verifique e reconheça que estão a ser trazidas e discutidas questões neste Plenário que nunca foram discutidas noutros, que todas as escolhas efetuadas até à data (Presidente e Comissão Permanente) foram feitas livremente pelo Plenário e, por fim, que recusa qualquer ideia de falta de união ou coesão de todo o Plenário. _____

Passado este período de discussão, nos termos do n.º 2 do art.º 8.º do Regimento, foi apresentada por escrito pela conselheira Lucinda Ferreira a seguinte proposta que foi lida pelo Presidente: _____

“O Conselho das Escolas constitui-se como um órgão representativo das escolas e a sua riqueza reflete-se, por um lado, na dispersão geográfica que os seus elementos representam e, por outro, pela diversidade de vivências que cada elemento que o constitui, evidencia e disponibiliza. Nesta perspetiva, deve o Conselho das Escolas, nas suas várias dimensões, refletir, quer no desenvolvimento dos trabalhos do plenário, quer no desempenho dos cargos para que cada conselheiro for eleito ou indigitado, devendo essa diversidade ser plasmada, não só no plano das ideias, mas também no plano geográfico e territorial. _____

Tornar-se-á, desta forma, um órgão plural, promotor da partilha e difusor do pensamento coletivo constituído pelos diferentes pensamentos. _____

Neste conceito, o Conselho das Escolas só poderá beneficiar se souber aproveitar a sabedoria, a experiência e a disponibilidade de cada um dos elementos que o constituem e, por isso, proponho: _____

- No âmbito do exercício do mandato como elemento do Conselho das Escolas, cada membro deste Conselho apenas pode desempenhar um cargo seja nos órgãos que o constituem (exceto nas situações de exercício por inerência), seja de representação deste nos vários organismos para os quais seja solicitada representação. _____

Qualquer conselheiro que, por indigitação ou por eleição, se encontre na situação de duplo exercício, terá que fazer a opção do cargo a exercer.” _____

Posta à votação, a proposta teve oito votos a favor, dos conselheiros Filinto Lima, João Caiado, João Belém, José Mesquita, Lucinda Ferreira, Manuel Esperança, Júlia Gradeço e Paulo Ferreira, e quinze votos contra, pelo que foi rejeitada. _____

Passou-se, de seguida, ao cumprimento efetivo do ponto dois da Ordem de Trabalhos, tendo-se apresentado à eleição os seguintes candidatos: _____

Norte - Filinto Virgílio Ramos Lima; Centro - João Manuel Ascensão Belém; Lisboa e Vale do Tejo - Margarida Ana Valente Fonseca; Alentejo - Carlos Jorge Pires Percheiro (a conselheira Fátima Pinto declarou impedimento por a sua escola estar a concurso). Relativamente ao Algarve, e dada a ausência do único conselheiro dessa região, o Presidente propôs ao Conselho que lhe delegasse a competência de designar esse representante, esclarecendo que essa designação passará, antes de mais, por um contacto com o Conselheiro ausente - Telmo Eduardo da Costa Marreiros Soares - a saber se está disponível. A proposta foi aprovada por unanimidade. _____

Postos à votação em lista, nos termos do n.º 2 do art.º 24.º do CPA, os candidatos acima referidos foram eleitos com vinte e dois votos a favor e um branco. _____



Ponto três - Indicação de dois representantes no Conselho Nacional de Educação _
O Presidente iniciou este ponto tentando explicar que, em seu entender, não terá muita lógica que, pelo menos, um dos representantes deste Conselho no CNE não seja um membro da Comissão Permanente, isto porque será de todo importante que um órgão, como é a CP, que está a elaborar ou até a aprovar pareceres, tenha conhecimento direto dos pareceres que, no mesmo âmbito, estão a ser trabalhados por esse outro órgão consultivo do MEC (CNE). _____

Desta posição discordaram os conselheiros Manuel Esperança, por um lado, porque, em sua opinião, a CP terá sempre ligação ao CNE pelo seu representante, seja ele qual for, e, por outro, porque, nos termos da deliberação anterior deste Conselho em relação à proposta apresentada, nenhum elemento poderá ser impedido de se candidatar; Filinto Lima, pelas razões anteriores e porque entende que tal coarta direitos dos conselheiros; Paulo Ferreira, pois, dado que a CP pertence ao Plenário, não se entende que se defenda que seja um do Plenário e outro da CP; João Caiado, por entender que o Presidente poderá estar a impedir que haja dois candidatos do Plenário; José Mesquita que fez questão de deixar registado que, em sua opinião, se houver imposição que um dos representantes tem que ser da CP, o Plenário está a adotar soluções diferentes para cada situação. _____

O conselheiro Fernando Elias, salientando as legitimidades do Presidente, dos que rejeitaram a proposta da conselheira Lucinda Ferreira e do Plenário, realça a prevalência da legitimidade deste último na decisão final perante uma proposta que venha a ser apresentada. _____

Os conselheiros Fátima Pinto e Carlos Percheiro salientaram que o Presidente explicou muito bem a sua posição, que o que se pretende é dar funcionalidade e eficiência ao Órgão, que se deve dar credibilidade à CP já eleita, dando-lhe representação noutros órgãos externos. _____

Por fim, o conselheiro José António Sousa defendeu que, perante tudo o exposto e discutido, cada um terá a liberdade de se candidatar e cada um, pelas razões que entender, deverá votar livremente. _____

O Presidente retomou a palavra declarando que a sua posição de defesa de uma solução que assegurasse que um dos representantes do Conselho no CNE saísse da Comissão Permanente, não impedia, como chegou a ser dito e sugerido, nenhum dos vinte e três elementos presentes na reunião de se candidatarem ao cargo de representante no CNE, uma vez que todos poderiam ser candidatos. No entanto, tendo em conta o teor da discussão havida, não apresentaria qualquer proposta nesse sentido. _____

Solicitou, assim, de imediato, que se apresentassem os membros candidatos a representantes deste Conselho no Conselho Nacional de Educação, tendo-se apresentado os seguintes: António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, Carlos Jorge Pires Percheiro, Fernando Filipe de Almeida e Manuel Figueira Castilho Esperança. __

De seguida, cada candidato fez uma breve apresentação da respetiva candidatura. __
Antes de se iniciar a votação, a realizar igualmente nos termos do n.º 2 do art.º 24.º do CPA, o Presidente esclareceu as regras a cumprir na sua realização. _____

Realizada a votação, os resultados foram os seguintes: _____

Fernando Filipe de Almeida - dezanove votos; _____

Carlos Jorge Pires Percheiro - catorze votos; _____

António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro - oito votos; _____



Manuel Figueira Castilho Esperança - três votos; _____

Votos brancos - um voto. _____

Assim, foram declarados pelo Presidente eleitos como representantes do Conselho das Escolas no Conselho Nacional de Educação os Conselheiros Fernando Filipe de Almeida e Carlos Jorge Pires Percheiro. _____

O conselheiro Fernando Almeida agradeceu a confiança nele depositada e reafirmou a sua intenção em manter o Conselho das Escolas informado sobre os principais assuntos que venham a ser tratados no Conselho Nacional de Educação. _____

O conselheiro Carlos Percheiro agradeceu igualmente a confiança nele depositada, referindo que fazia suas as palavras do conselheiro Fernando Almeida. _____

Concluído o ponto três, os trabalhos foram interrompidos pelas 13h30 para uma pausa para almoço. _____

A sessão foi retomada pelas 14h30 com a presença de todos os conselheiros que haviam estado presentes na parte da manhã, exceto o conselheiro António Castel-Branco. _____

Ponto quatro - Indicação do representante no Conselho Geral do Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE). _____

O Presidente começou por solicitar a apresentação de todos os conselheiros disponíveis para esta representação, tendo-se apresentado, por esta ordem, os conselheiros: Maria Celeste Sousa, Filinto Virgílio Ramos Lima e João Manuel Ascensão Belém. _____

De seguida, o conselheiro António Ventura interveio para defender que, tendo em conta as competências do Conselho Geral do IAVE, o Conselho deveria estar nele representado ao mais alto nível pelo seu Presidente, posição que mereceu a discordância da conselheira Anabela Grácio, que entende que a representação deve ser feita por quem conhece o sentir das escolas no que respeita a todos os ciclos de ensino, bem como do conselheiro João Caiado, que voltou a defender a premissa de "um homem, um voto". _____

O conselheiro Filinto Lima informou que retirava a sua candidatura. _____

O Presidente declarou que estava disponível para exercer o cargo, pelo que se submeteria à eleição. _____

Passou-se assim à votação, nos termos do n.º 2 do art.º 24.º do CPA, para a eleição em apreço, sendo candidatos os conselheiros: Maria Celeste Sousa, João Manuel Ascensão Belém e José Eduardo de Sousa Lemos. _____

Verificaram-se os seguintes resultados: _____

João Manuel Ascensão Belém - nove votos; _____

Maria Celeste Sousa - sete votos; _____

José Eduardo de Sousa Lemos - seis votos. _____

Dado que nenhum dos candidatos obteve a votação exigida nos termos do n.º 4 do art.º 9.º do Regimento, de acordo com o n.º 9 do mesmo artigo, procedeu-se a nova votação, agora apenas com os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio, tendo-se apurado os seguintes resultados: _____

Maria Celeste Sousa - doze votos; _____

João Manuel Ascensão Belém - dez votos. _____

Foi, assim, declarada como representante do Conselho das Escolas no Conselho Geral do Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE) a conselheira Maria Celeste Sousa, a qual, pedindo a palavra, agradeceu a confiança do Plenário e afirmou que irá colocar



todo o seu empenho neste cargo, tentando dignificar ao máximo o Órgão que representará. _____

Ponto cinco - Transferência de competências da DGEstE para as Escolas / Agrupamentos: apreciação e votação da proposta da C. Permanente. _____

O Presidente começou por enquadrar este ponto, dando a conhecer o desafio lançado pelo Sr. Ministro da Educação e Ciência aquando da sessão de apresentação de cumprimentos, no passado dia seis deste mês. _____

Esclareceu, depois, que esta proposta de parecer se sujeitou e respeitou escrupulosamente dois referenciais: por um lado, apenas teve em conta as competências expressas do Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares; por outro, apenas foram consideradas as competências que poderiam ser transferidas para todas as escolas e não apenas aquelas com contrato de autonomia. _____

Colocado o documento à apreciação, os Conselheiros Anabela Grácio, João Caiado, Filinto Lima e Carlos Percheiro intervieram felicitando os autores da proposta pela sua qualidade, pela forma como está redigida, pela metodologia seguida e, em síntese, porque dignifica o Conselho das Escolas. _____

Não havendo mais considerações, a proposta foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade como Parecer n.º 1/2014, o qual será remetido ao Sr. Ministro da Educação e Ciência. _____

Ponto seis - Assuntos diversos. _____

Neste ponto foram abordados diversos assuntos: _____

1. O Presidente: _____

- a) Esclareceu a situação da publicação da Portaria sobre Autonomia na qual é referido que “Foi ouvido o Conselho das Escolas”, sem que este tivesse sido ouvido; _____
- b) Informou de convites de várias entidades para participar em ações / atividades;
- c) Informou da solicitação do CNE para indicação dos representantes deste Conselho naquele Órgão; _____
- d) Leu a comunicação feita ao Gabinete do Sr. Secretário de Estado com as preocupações das coberturas de amianto bem como a resposta dada; _____
- e) Informou dos pareceres que estão a ser trabalhados e da realização de uma próxima reunião previsivelmente na terceira ou quarta semana de março. _____

2. O conselheiro Fernando Elias: _____

- a) Questionou o prazo para divulgação às restantes escolas sobre as decisões / ações do Conselho; _____
- b) Referiu a falta de contributos para a apreciação da ADD; _____
- c) Deu os parabéns aos colegas eleitos para as várias representações. _____

3. O conselheiro Alfredo Mendes: _____

- a) Alertou para a degradação crescente ao longo dos últimos anos na qualidade das refeições por força da redução de custos, o que tem inclusive, além do desperdício, agravado a indisciplina; _____
- b) Expressou ser importante a definição dos objetivos dos cursos vocacionais. _____

4. O conselheiro João Belém: _____

Deu alguns esclarecimentos sobre a questão do amianto, informando que as extintas direções regionais de educação chegaram a fazer levantamentos e a produzir estudos sobre a situação nas escolas; _____

5. A conselheira Margarida Fonseca: _____



- a) Expôs a questão da entrada em funcionamento dos COEP e problemas a tal inerentes; _____
- b) Informou que uma das grandes preocupações dos diretores são as condições de trabalho dos diretores das escolas. _____
6. A conselheira Júlia Gradeço: _____
Alertou para a necessidade de esclarecer e informar sobre a situação em que se encontram muitos agrupamentos de escolas, nos quais existe pessoal não docente afeto às autarquias e outro ao MEC, com estatutos, condições e horários de trabalho diferenciados. _____
7. O conselheiro Carlos Percheiro: _____
Lembrou e alertou para a real necessidade de atualizar os contratos de execução com as autarquias para dar resposta às agregações e esclarecer a questão referida pela colega anterior. _____
8. O conselheiro Paulo Ferreira: _____
Expressou também a preocupação com a definição dos prazos para a divulgação das decisões deste Conselho aos outros colegas diretores. _____
- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas 16h30, da qual se lavrou a presente ata, composta por oito folhas, que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, António Ventura Pinto, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____
- António Ventura Pinto
José Eduardo Lemos

